

Apresentação ao dossiê: Problemas e questões da história do tempo presente.

Autor convidado
Enviado em
31/01/2013

João Fábio Bertonha

Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá
fabiobertonha@hotmail.com

8

A partir, grosso modo, do século XIX, com a estruturação da história universitária, foi estabelecida, como uma das regras centrais da profissão, que os historiadores profissionais não deveriam investigar os acontecimentos mais próximos do seu tempo. Para que o trabalho do historiador se desse, era fundamental que os testemunhos materiais de um dado período já tivessem sido catalogados e postos à disposição para pesquisa; que o historiador tivesse a visão retrospectiva sobre esse período e, igualmente, que ele estivesse distante o bastante do passado para não ser influenciado por suas próprias simpatias e subjetividades.

Essa regra nunca foi totalmente respeitada, mas serviu de baliza para muitos estudiosos da História, que hesitavam em se aventurar além de um determinado período de tempo. Recentemente, esses limites foram questionados e os historiadores começaram a avançar, com seus instrumentos e visão próprias, na análise de acontecimentos contemporâneos ou de um passado mais próximo. Surgiu, assim, a “História do Tempo presente” ou “História imediata”.

Definir, contudo, os limites e os parâmetros dessa especialidade não é tarefa fácil. Para alguns autores (ver: LACOUTURE: 1990: 215-240)¹, o que define esta especialidade são, basicamente, a temporalidade próxima dos temas tratados e a proximidade material do autor com relação a elas. Para outros (FRANK, 1993:

¹ Parece evidente que, em termos teóricos, essa especialidade tem relação com a recuperação do acontecimento e da história política na historiografia contemporânea. Ver, a este respeito (CARDOSO; VAINFAS: 1997; REMOND, 1996).

16), por outro lado, o que define esse campo da história e o separa do jornalismo é a análise do acontecimento de forma a aproximá-lo dos seus fundamentos e das determinações mais profundas que o conduzem. A meu ver, ambas as interpretações estão corretas e o que torna a “História do tempo presente” interessante é justamente isso, ou seja, a possibilidade de acompanhar a História como acontecimento vivo, como história que se constrói no momento, mas analisando-a com o feeling do historiador, ainda que com fontes específicas e uma metodologia toda particular.

Eric Hobsbawm, em vários textos de interesse (HOBSBAWM, 1998: 36-48; 48-67; 243-255), tem abordado esses pontos. Para ele, seria seguramente errôneo imaginar que a experiência das sociedades do passado possa fornecer valores morais ou uma sabedoria eterna que nos guiasse na nossa vida atual. Com certeza, certas situações, dentro da experiência humana, são recorrentes e a experiência acumulada pode sempre ser útil, mas não no sentido de busca de valores eternos. O que a História pode fazer é examinar o passado e criar esquemas e mecanismos de compreensão das sociedades humanas e de como e porquê elas se transformaram e se transformam.

A partir disso, sempre é possível estabelecer como se chegou a uma dada situação e quais as tendências mais prováveis a partir de então. O historiador, como guardião do passado e da experiência de uma sociedade, tem por tarefa dar a ela esta perspectiva histórica e dizer certas coisas de que ela pode se beneficiar, ainda que muitas vezes ela hesite em aprender. Previsões seguras do que vai ocorrer é um sonho absurdo, mas o historiador tem como avaliar probabilidades e possibilidades e indicar tendências (que podem ou não se concretizar) e só isto já representa um grande ganho para a análise da sociedade. Nesse sentido, todo trabalho de historiador é um contínuo vai e vem entre o presente, de onde ele escreve; o passado, que ele analisa, e o futuro, que ele tenta projetar.

Não obstante, quando falamos da história do tempo presente, este quadro fica ainda mais manifesto, já que ela trabalha essencialmente com temas imediatos, o que levanta problemas bastante particulares, como as fontes disponíveis, a subjetividade do historiador em abordar o seu próprio tempo e, especialmente, a provável mudança de perspectiva que o passar dos anos, e o olhar retrospectivo, nos dá.

Acredito que tais problemas são superáveis. As fontes para o momento presente não incluem arquivos fechados ou muita informação que estará disponível apenas em alguns anos, mas o imediatismo permite recuperar outras, como a imprensa,

a mídia geral e a própria vivência do período². Já a subjetividade do analista me parece não apenas aceitável, como até desejável, desde que não o impeça de pensar o processo de uma forma honesta, sem deturpar os fatos (HOBSBAWM, 1998: 138-154). Sobre o problema do olhar retrospectivo, não resta dúvida que ele existe, mas talvez seja superável pela própria consciência do problema.

Os textos presentes nesse dossiê indicam justamente essas questões e tensões, os problemas e as vantagens da “história do tempo presente”. Em primeiro lugar, não espanta que boa parte das fontes utilizadas nos artigos seja jornalísticas ou oriundas da internet. Com certeza, o velho clichê de que o jornal de hoje é a história de amanhã não é verdadeiro e a utilização da fonte impressa, seja para pesquisa de história imediata seja para períodos anteriores no tempo, demanda cuidados metodológicos especiais (DE LUCA, 2005: 111-153). A mídia impressa e a internet, contudo, são fontes fundamentais para uma história do imediato e a reflexão teórica sobre como analisar essas fontes ainda está no início (CALDEIRA NETO, 2009: 1-10), pelo que os artigos de Pedro Rodrigues e o de Analise Araújo e Tamyta Fávero são especialmente bem vindos.

10 Também não espanta que dois dos artigos se refiram à ditadura militar e a sua memória, ou seja, os de Anelise Araújo e Tamyta Fávero sobre a memória da Campanha das Diretas de 1984 e o de Walquíria Silva relativa às violações dos direitos humanos durante o regime de 1964. O regime ditatorial que terminou em 1985 é o nosso “passado que não passa” e é natural que boa parte da produção dos historiadores do tempo presente brasileiros trabalhe com esse tema.

Isso indica, aliás, como a cronologia não é um guia preciso para compreender qual é o “passado que não passa” de uma dada sociedade. Claro que acontecimentos mais recentes têm mais chances de terem impacto social imediato em uma dada sociedade do que outros mais remotos. No entanto, não há nenhuma regra estabelecida que fatos e fenômenos de, digamos, vinte anos atrás sejam obrigatoriamente mais relevantes para uma dada sociedade do que outros que se deram há cinquenta ou cem anos. Aquela regra não escrita que existia antigamente – a de que as coisas só se tornavam objeto válido para os historiadores trinta anos depois de terem acontecido – com certeza não funciona bem.

No Brasil, na Argentina ou no Chile, é a memória das ditaduras militares que ainda é um objeto de disputas e de acalorados debates. Na Espanha, são a Guerra

2 Para reflexões sobre o problema das fontes dentro da história imediata, ver Bebian, Rui. “Temas e problemas da história do presente” in www.uc.pt/pessoal/rbebian/doc/estudos/hrecente.pdf. Acessado em 23/1/2013.

Civil de 1936-1939 e o regime franquista que parecem não ter terminado, enquanto em Portugal a figura de Salazar ainda parece onipresente. Nos Estados Unidos, o fantasma da Guerra Civil (quando “americanos mataram americanos”) ainda é um trauma não fechado na história nacional, enquanto, em Assunção, a Guerra do Paraguai é assunto do dia a dia. Já na Itália ou na Alemanha, os espectros do fascismo e do nazismo ainda estão presentes, para o bem ou para o mal, no debate social e político. Esses são “passados que não terminaram” e que ainda precisam ser absorvidos pelas suas sociedades para, finalmente, se tornarem apenas isso, passado e recordação.

Nesse sentido, o artigo de Riler Scarpati historicizando o conceito de “História do tempo presente” e discutindo as próprias ideias de passado e presente é extremamente útil para adentrar a complexidade do tema. O mesmo pode ser dito do de Walkíria Silva, que nos ajuda a entender, a partir de um viés próximo da psicanálise, os complexos mecanismos do luto/trauma/esquecimento. É útil recordar realmente como, tanto na vida individual como na das sociedades, o esquecimento imposto não é natural e nem permite reconciliação, perdão ou superação e que só o debate franco, o reconhecimento das culpas e dos erros é que leva a tanto.

11

Penso, inclusive, que essas reflexões são extremamente válidas para as Forças Armadas brasileiras. Ao manterem, em alguns nichos de suas instituições, uma versão própria de 1964 e se recusarem a realmente abrir seus arquivos, reconhecer seus erros e culpas e a punir os culpáveis, os militares acabam por dar um tiro nos próprios pés. Num momento em que as Forças Armadas estão claramente inseridas no Estado democrático de direito e procuram se profissionalizar para se tornarem instrumentos da política externa brasileira e de defesa desse próprio Estado, assumir como seus os erros de outra geração é contraproducente. Reconhecer os erros cometidos é o primeiro passo para que as Forças Armadas, enquanto instituições, possam se reconciliar de uma vez com o seu passado e com a sociedade e para que esse passado seja finalmente uma página virada.

O mesmo, diria eu, serve para alguns agentes do período que estiveram no campo oposto. Nada justifica as torturas e os crimes cometidos pelo Estado militar, ainda mais quando esse Estado não tinha legitimidade democrática e nem a do Direito. Não obstante, erros também foram cometidos pela esquerda e incomoda ver alguns (nem todos, saliente-se) agentes do período que pouco se preocupavam com a democracia naqueles anos se apresentando, hoje, como defensores incondicionais da mesma. As pessoas e as instituições mudam, mas reconhecer um passado que

hoje não representa o presente é também uma forma justa de se reconciliar com ambos.

Nos textos do dossiê também fica clara a razão pela qual os praticantes da “História do tempo presente” também costumam sofrer mais embates pessoais do que os que trabalham com períodos anteriores. De um lado, pelo óbvio, ou seja, que muitos personagens ainda estão vivos e dispostos a defenderem a sua visão do acontecido. Mas também porque trabalhamos com memórias ainda vivas, que não se tornaram passado, e com traumas e questões abertas. O debate com os agentes vivos da memória consolidada é, para os historiadores, nada agradável e, na maior parte do tempo, inútil (BERTONHA: 2004: 155-166), mas é um “dano colateral” inevitável para os que se arriscam a trabalhar com a História ainda viva, queimando nas mãos.

Referências Bibliográficas

12

BEBIANO, Rui. “Temas e problemas da história do presente” in www.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/hrecente.pdf. Acessado em 23/1/2013.

BERTONHA, João Fábio. “Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória” in Dotta, Renato Alencar et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, 155-166.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas”. *Boletim tempo presente (UFRJ)*, v. 20, p. 01-10, 2009.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DE LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: Pinsky, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005.

FRANK, Robert. *Écrire l’histoire du temps présent*, Paris: Institut d’Histoire du Temps Présent, 1993.

HOBSBAWM, Eric. “O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” in *Sobre História – Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 36-48.

LACOUTURE, Jean. “A História imediata” in Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

REMOND, Renè. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.